

# Saída para a crise: missão do FMI no País terá um novo integrante

por Claudia Safatle  
de Brasília

Depois de uma conversa telefônica do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, no início da noite de ontem, foi encontrada uma solução para a crise que envolveu a missão técnica do FMI em Brasília. O FMI aceitou trocar o chefe da missão e chega amanhã o responsável pelo departamento do hemisfério ocidental do FMI, Sterie Beza, para substituir José Fajgembbaum, diretor da divisão do Atlântico Sul do FMI, que estava pela primeira vez na condição de chefe da missão negociadora do fundo junto ao governo brasileiro. Fajgembbaum é hierarquicamente subordinado a Beza.

Fajgembbaum — que gerou um conflito com o governo brasileiro ao declarar ao Jornal do Brasil que seria necessário mudar a Constituição para promover as reformas estruturais necessárias à economia — perdeu a coordenação da equipe técnica, mas não necessariamente se afastará da missão técnica. Beza passará a ser o principal interlocutor do junto à equipe econômica do governo e, tão logo desembarque em Brasília, deverá retomar o curso das

## Tranquilidade no Itamaraty

por Maria Helena Tachinardi  
de Brasília

O Itamaraty não encaminhou ao Fundo Monetário Internacional (FMI) nenhuma gestão relacionada ao incidente envolvendo José Fajgembbaum, chefe da missão encarregada de negociar com o governo brasileiro um programa econômico interno e o presidente Fernando Collor, disse ontem uma fonte diplomática.

O clima, ontem, no Ministério das Relações Exteriores, era de tranquilidade. Segundo apurou este jornal, nem mesmo em seu despacho de rotina o ministro Francisco Re-

zek tratou do assunto com o presidente.

A reunião no Planalto deveu-se à necessidade do chanceler de antecipar seu despacho, que normalmente ocorre às quartas-feiras, porque ele viaja hoje para Cabo Verde.

Na segunda-feira, Rezek afirmou, em entrevista coletiva, que Collor poderia ter ido além no incidente com o FMI, declarando Fajgembbaum "persona non grata", o que teria requerido a retirada imediata do funcionário. Em vez disso, o presidente apenas sugeriu que o FMI o substituisse.

negociações e a agenda de encontros com as autoridades da área econômica.

A substituição do chefe da missão foi um pedido do presidente da República, Fernando Collor de Mello, que considerou as declarações de Fajgembbaum (sobre a necessidade de reforma na carta constitucional) uma ingerência indevida em assuntos internos do País. Uma intromissão que poderia trazer graves prejuízos políticos ao presidente Collor de Mello, na medida em que qualquer discussão sobre revisão constitucional passasse a

ser vista, internamente, como uma exigência do FMI e não como uma iniciativa do próprio governo.

A equipe econômica do governo estava apreensiva com os desdobramentos do episódio, que começou na última quinta-feira, com a declaração de Fajgembbaum. Na sexta-feira o presidente Collor de Mello, em viagem ao México, respondeu que "mandasse reformar a casa dele" e, no domingo último, exigiu a mudança do negociador do fundo.

Ao longo desses dias e até ontem à noite, a missão do

FMI teve cancelados todos os encontros com assessores da equipe econômica do governo, ficando restrita a uma sala que utiliza normalmente na sede do Banco Central. Com a chegada de Beza, amanhã, a expectativa é de que a agenda seja refeita e a negociação tome seu curso normal. Beza é quem decidirá se Fajgembbaum continua ou não compondo a missão técnica do Fundo.

A substituição de um funcionário do Fundo por seu superior (a divisão do Atlântico Sul é subordinada ao departamento do hemisfério ocidental) não muda, porém, o diagnóstico nem a receita que o Ministério da Economia tem para superar a crise fiscal, considerada um dos epicentros da crise econômica brasileira. A reforma fiscal, por sua vez, está ligada umbilicalmente às mudanças na Constituição.

É isso que o ministro da Economia vem chamando de ajuste estrutural e precisa de tempo para resolver. A base da negociação de Marques Moreira com o FMI, conforme avaliação de assessores qualificados, é menos um programa de metas macroeconômicas e mais uma agenda de medidas que serão tomadas para buscar, primeiro, uma travessia deste ano sem grave déficit fiscal, e segundo, as reformas estruturais.